Sobre o Peleguismo

O pelego é uma forma histórica recorrente produzida pela própria dinâmica da dominação capitalista em contextos de conflito. Ele emerge quando o antagonismo já existe, quando a tensão entre exploradores e explorados já se tornou visível, mas ainda precisa ser mantida dentro de limites administráveis. Sua função não consiste em suprimir o conflito, mas em amortecê-lo, em absorver parte de sua energia e devolvê-la ao sistema sob a forma de negociação controlada, expectativa prolongada e obediência racionalizada. O pelego reconfigura a luta de modo a torná-la inofensiva.

A origem material do termo revela com clareza essa função. O pelego é o pano, geralmente de couro, colocado entre o cavaleiro e o dorso do cavalo para impedir que o peso e o atrito da montaria machuquem diretamente o animal. Sua finalidade não é proteger quem monta, mas tornar a montaria possível e durável. Trata-se de um dispositivo de mediação que permite que o comando continue sendo exercido sem provocar ruptura imediata. Transposta para o terreno social, essa imagem expõe o núcleo do peleguismo: interpor-se entre quem dirige e quem sustenta, suavizando o impacto da dominação para que ela possa continuar operando. O pelego garante que o percurso prossiga sem explosões. Essa posição intermediária obedece a uma lógica própria, que pode ser compreendida como uma economia política da mediação, da conciliação de classe. O pelego transforma a política em mercadoria ao converter a gestão do conflito em capital. Ele acumula uma parcela mínima de poder delegado, sempre insuficiente para alterar a estrutura de dominação, mas suficiente para assegurar sua própria reprodução social. Esse poder não se expressa na capacidade de decidir os rumos da luta, mas na prerrogativa de regular o contato entre os dominados e os centros de comando. Ele vive da intermediação permanente, da tradução do conflito em linguagem aceitável, da promessa constante de ganhos futuros que nunca chegam a romper o presente.

É nesse ponto que o peleguismo se revela estruturalmente conservador. O pelego depende da estabilidade do estado de coisas, ainda que se apresente como agente de mudança. Sua atuação se ancora numa relação de submissão àqueles que definem as diretrizes gerais do poder, mesmo quando encena desacordos pontuais ou tensiona aspectos secundários. Sua autonomia é aparente, cuidadosamente delimitada por margens que não podem ser ultrapassadas sem que sua função social se dissolva. Por isso, sua presença é recorrente em períodos de crise controlada, quando a dominação precisa se recompor sem recorrer exclusivamente à coerção aberta.

O pelego protege o poder do desgaste do confronto direto e, simultaneamente, protege os dominados da percepção imediata da dominação. Ao amortecer o impacto, ele difunde a dor, dilui a responsabilidade e naturaliza o comando. A exploração deixa de ser vivida como antagonismo explícito e passa a ser experimentada como condição inevitável, gerida por representantes que afirmam agir em nome dos explorados. A luta, assim, é separada daqueles que a produzem. Em lugar da prática coletiva direta, instala-se a representação permanente; no lugar da decisão comum, a mediação especializada. Essa separação explica por que negociar com o pelego é uma tarefa estruturalmente impossível. Não se trata de falha ética individual nem de falta de habilidade política, mas de limite objetivo. O pelego não controla o conteúdo do que promete negociar, pois sua função consiste justamente em operar dentro de parâmetros previamente definidos. Seu principal instrumento é a manobra: o adiamento, o deslocamento das pautas, a fragmentação das demandas, o apelo constante à conjuntura adversa. A manobra não é exceção, mas método regular de funcionamento. Ela garante tempo ao poder e desgaste à base, transformando a energia do conflito em espera.

O peleguismo preserva os signos da resistência enquanto esvazia seu conteúdo material e histórico. Palavras de ordem permanecem, gestos simbólicos se repetem, discursos inflamados circulam, mas a prática efetiva é mantida dentro de limites seguros. Cria-se a ilusão de movimento sem deslocamento real, de participação sem decisão, de enfrentamento sem risco. A política se converte em rotina administrada, onde o conflito é encenado para impedir que se torne incontornável.

Historicamente, essa forma reaparece sob diferentes vestes: o dirigente sindical domesticado, o mediador institucional progressista, o burocrata de esquerda, o intelectual da conciliação, o gestor profissional de conflitos sociais. Mudam os discursos, sofisticam-se as linguagens, incorporam-se novas pautas, mas a função permanece a mesma. Em contextos mais recentes, o peleguismo se reveste de retórica democrática, diversidade discursiva e sensibilidade social, tornando-se ainda mais eficaz na contenção da luta ao falar a língua da resistência sem jamais permitir que ela se converta em prática autônoma. O pelego é necessário ao sistema precisamente porque a coerção permanente é cara, instável e politicamente arriscada. A mediação amortecida produz consenso passivo, resignação ativa e esperança administrada. Ensina a lutar sem ameaçar, a reivindicar sem romper, a esperar como virtude política. A submissão é recodificada como prudência, a obediência como maturidade, a passividade como responsabilidade histórica. Enquanto a

luta permanecer delegada e mediada, o pelego continuará a prosperar. Superar o peleguismo faz parte da reconstrução da prática política como atividade direta, coletiva e intransferível. Quando o pano é removido, o peso reaparece em sua forma nua, o comando se torna visível e o conflito deixa de ser administrável. Onde a luta volta a ser experiência viva e comum, o pelego perde sua razão de existir. Onde ela se limita à representação, ele retorna, discreto e eficiente, pronto para amortecer o próximo impacto.

Arthur Moura